



“Melhor é Deus que o abade de Pombeiro”. O Património do Mosteiro de Pombeiro e a Apresentação das Igrejas

Geraldo J. A. Coelho Dias, OSB *

Palavras-chave

Pombeiro; Ordem Beneditina; Património; Couto; Igrejas de apresentação

Keywords

Pombeiro; Benedictine Order; Heritage; Couto; presentation Churches

Resumo

Na história de Pombeiro, dois aspectos têm merecido pouca atenção: o património e a apresentação de igrejas, apesar do grande contributo de ambos para as obras ao longo dos tempos realizadas no Mosteiro, mesmo após a partilha de bens com os Padres Jerónimos de Belém. Com o presente artigo, pretendemos sublinhar a notável fonte de receitas suscitada pela apresentação das igrejas e os dízimos daí resultantes, a partir da caracterização do vasto património fundiário daquele que foi o mais rico dos Mosteiros beneditinos portugueses, senão mesmo o mais importante.

Abstract

In the history of Pombeiro, two aspects have received little attention: the heritage and presentation of churches, despite the large contribution of both to works carried out over time in the monastery, even after the division of property with the Jerónimos Fathers of Bethlehem. With this article, we intend to emphasize the remarkable source of revenue raised by the presentation of the churches and tithes, from the characterization of the vast land heritage of a monastery which was the richest Benedictine monastery of Portugal, if not the most important.

* Prof. Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1. Introdução

Pombeiro é, sem dúvida, um mosteiro de grande antiguidade, anterior à nacionalidade portuguesa e mesmo à introdução da observância beneditina, favorecida pelo Concílio de Coyanza, em 1050 (1055). A primeira referência documentada é de 1050. Embora haja outra de 1102; essa é falsa e tem erros, conhecida como carta da doação de D. Gomes Aciegas, em 18/VII/1059 (Meireles, 1942:116-118; Fernandes, 1989:187-189; Fernandes, 1992:25-30)¹.

Ainda hoje existe, e já publicado, o antiquíssimo “Costumeiro de Pombeiro” (Lencart, 1997), manuscrito do século XIII, possivelmente cópia de um modelo francês através de Sahagún e que só é de Pombeiro porque estava em Pombeiro. Foi, com efeito, depois da adopção da Regra beneditina, como código legislativo monástico, trazido pelos monges cluniacenses franceses da Reconquista cristã, que, durante a Idade Média, o mosteiro alargou a sua influência social através do padroado dos Sousas e dos Barbosas. Na sequência disso, viu também enriquecido o seu património fundiário com testamentos, doações e mandas, que lhe chegavam por força da crença no poder medianeiro dos monges, enquanto intercessores junto de Deus e dos seus Santos, e por obra e graça das pessoas que, para conseguirem sufrágios pelos seus mortos ou se enterrarem no mosteiro, faziam aos monges doações e benfeitorias (Dias, 1993:39-52). Repare-se que, no “*Catálogo das Igrejas*” de 1320, o Mosteiro de Pombeiro era taxado na elevada quantia de 8.000 libras, mais elevada do que a de qualquer outro mosteiro beneditino português (Sousa, 2005:68-69).

Todavia, a verdadeira organização administrativa dos mosteiros beneditinos portugueses fez-se após o estabelecimento

da “Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal”, erecta em 1566-67. Infelizmente, anda perdido o grosso da documentação dos antigos cartórios monásticos e principalmente do de Pombeiro. É possível mesmo que ainda esteja escondido em alguma casa particular, aqui bem perto, como há tempos me segredaram. Contudo, no que respeita a este mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, pelo que Fr. António da Assunção Meireles deixou exarado nas “*Memórias de Pombeiro*” (Meireles, 1942) e pelos documentos, que se vão descobrindo noutras instituições, sabe-se que o Património deste Mosteiro era avultado e entrava por Trás-os-Montes dentro, chegando às terras de Murça. Interessante avaliar o cartório de Pombeiro, de que temos referências nas “*Memórias de 1722*” para a Academia Real da História e pelo inventário de 1834, guardado no ANTT, que pertenceu ao Arquivo Histórico do Ministério das Finanças². Poderíamos ainda recorrer à documentação do Arquivo Distrital de Braga-Universidade do Minho (44 livros de prazos) e ver os Livros n.º 30 (cópia do Tombo de 1724), o N.º 43 de Recibo (1816-18), os “*Estados*” da Congregação de S. Bento no que se refere a Pombeiro (n.ºs 121, 122, desde 1629 a 1822), mas com bastantes falhas e ainda na “*Gaveta das Religiões, Mosteiros, Ordens, Colegiadas, Seminários*”. Trabalho complementar seria se pudéssemos fazer o rastreio do recibo das rendas do Mosteiro em 1718 e 1766, seguindo os dois únicos livros que se conservam no Arquivo Distrital do Porto.

Do ponto de vista histórico, sabe-se como o Cardeal Infante Dom Henrique teimou em dividir a mesa abacial do Mosteiro pelo Convento dos Jerónimos de Belém e como isso veio diminuir os rendimentos dos monges, quando estavam prestes a integrar-se na Congregação Beneditina, o que aconteceu em 1570, na reforma da “Congregação dos Monges

¹ Cfr. ANTT - *Livro 5º de Além Douro*, fl. 25; BPMPorto - *Manuscrito N.º 768*; BPBraga - *Manuscrito N.º 1007*. Há referências a um “INDEX DO CARTÓRIO DE BUSTELO”, citado em “*Felgerias Rubeas*”, pp.164-165, mas elaborado por Fr. Bento de Santa Gertrudes, Cartorário-mor da Congregação Beneditina, índice este desaparecido da Casa de Santo Ovídio, pertencente a seus familiares, em Aveleda, Lousada, onde o dito monge, depois de 1834, deixou o seu espólio literário.

² ANTT: AHMF, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, Inv. N.º 2244.

Negros de S. Bento dos Reinos de Portugal”. Desde então, o mosteiro deixou de contar com avultadas rendas e perdeu mesmo o direito de apresentação de várias igrejas, sobretudo na zona de Trás-os-Montes. Tudo isso foi possível graças à benevolência do rei Filipe II e à Bula impetrada ao Papa Xisto V, que a passou a 6 de Março de 1586³. Entre as razões justificativas de tal medida está o aliviar a Coroa Real Portuguesa, onerada já com as despesas da Índia, e o facto de o mosteiro estar em lugar ermo, sem abade, e ter a receita de 8.000 cruzados (Meireles, 1942:51-63). Com efeito, foi retirado perpetuamente ao mosteiro todo o sabido da mesa abacial com os respectivos prédios e ainda o rendimento das igrejas anexas ao mosteiro situadas na região de Trás-os-Montes, à volta de Vila Real. Foi um rude golpe na altura em que o mosteiro se preparava, como disse, para entrar na reforma beneditina e agregar-se à “Congregação de S. Bento dos Monges Negros do Reino de Portugal”. Esse documento constitui o n.º 20 das “*Memórias de Pombeiro*”, pp. 150-154. A partilha dos bens do mosteiro, com os monges beneditinos contrariados e os Padres de Belém, foi feita a 8/VI/1588. Fr. Luís dos Serafins, irmão do Cardeal Saraiva, diz que existia no Cartório de Pombeiro uma carta régia de 16/IX/1596 que punha fim à demanda que os Padres de Belém (Jerónimos) traziam com a Congregação Beneditina, mandando-lhes que se contentassem com o que o Cardeal Arquiduque lhes determinara nas rendas do mosteiro⁴.

Santa Maria de Pombeiro⁵, porém, entrou na Congregação Beneditina Portuguesa a 14/IX/1569, ficando Prior Fr. Jerónimo de Guimarães, que já o era, contando a casa 7 monges. Porque o mosteiro ainda tinha comendatário, que era D. António, Prior do Crato, houve uma

segunda tomada de posse a 24/VI/1588, sendo, então, Geral, Fr. Baltasar de Braga, quando já o mosteiro estava reformado e contava 20 monges (AS - *Livro Instrum. das posses*, fls. 13-15 e 63-65).

Sempre os monges de Pombeiro se sentiram vexados e “enojada” a Congregação com a situação da partilha dos bens com os Padres Jerónimos de Belém, até que, finalmente, depois de longa contenda, foi proferida sentença pelo Dr. João Pereira Cabral, em Lisboa, a 22/XII/1742. A questão ficou decidida a favor de Pombeiro, como historia Fr. António da Assunção Meireles, e os monges de Belém condenados por má fé e usurpação dos bens, já que, nos documentos de 1586, se falava apenas de rendas e não do padroado das igrejas. Os Padres de Belém tinham em Felgueiras, na antiga Corredoura de Cima, hoje Rua Costa Guimarães, precisamente no cruzamento com a Rua de Belém, um edifício de “Arquivo e Casa de Recibo do Real Mosteiro de Santa Maria de Belém”⁶ para arrecadação de rendas, tendo deixado cair a apresentação de várias igrejas, sobretudo na zona de Vila Real. Por tudo isto, é que nós podemos avaliar de quanto os monges de Pombeiro foram espoliados e como isso afectou o andamento da vida da comunidade e suas obras.

Mas, também os monges da restauração cometeram no século XVI-XVII um atentado contra o mosteiro ao destruírem a famosa galilé da igreja, “nobre basílica” de três naves, onde estavam os brasões da nobreza de Portugal, “*aula que era de uma Faculdade de Heráldica*”, como dizem as “*Memórias de 1722*”.

Vejamos, entretanto, os dois aspectos do património e da apresentação de igrejas deste Mosteiro, que tão pouco têm sido tomados em

³ ADB-UM - *Cx. das Bulas*, n.º 7, doc. 235. Cfr. Vasconcelos e Araújo, 506.

⁴ AS, Fr. Luís dos Serafins Saraiva - *Livro de Apontamentos* (3.º). Na coluna 14 de Mss. de S. Bento da Saúde encontram-se as Razões ou Libello do Mosteiro de Pombeiro contra o de Belém, sobre os bens que este daquele está comendo. Cfr. BPM Porto - *Códice* 295 (756), fl. 91v.

⁵ / *Ibidem*, fls. 13-13.

⁶ É uma casa desabitada, pertencente aos herdeiros de Joaquim de Carvalho. Foi retirado o brasão de armas, mas ainda são visíveis os furos na esquina da parede a que estava preso.

conta, quando se faz a história de Pombeiro e que, afinal, tanto contribuíram para as obras que no mosteiro se fizeram.

2. O património fundiário dum Mosteiro

Naqueles tempos medievais e naquela sociedade quase feudal, os bens dos mosteiros constituíram, a breve trecho, latifúndios de predomínio sobre nobres e plebeus, impondo-se os abades dos mosteiros como grandes senhores, exploradores da terra e das gentes.

Os bens do património fundiário dum mosteiro eram constituídos pelo Couto, pelas quintas e casais com todas as suas subdivisões, quer nos arredores do mosteiro, quer ao longe. A Idade Média Portuguesa insere-se no contexto do feudalismo ou melhor dito, do senhorialismo medieval e, como instituições desses tempos, os mosteiros seguem as práticas do respectivo tempo.

De absoluta predominância rural, eram os produtos da terra, cereais e frutos, que mais rendiam aos monges. Por outro lado, não se podem deixar de ter em conta os aforamentos (foros), pensões, impostos de cabeceira, sanjoaneira, miúncas e os dízimos das igrejas. Tudo isso, somado, constituía a riqueza dum mosteiro, as suas possibilidades para obras, para abastança dos monges e a capacidade para esmolas e socorro aos pobres e peregrinos e até para ajuda ou préstimo aos reis. Para além do Recibo, no mosteiro, em vista da arrecadação das rendas e dízimos, havia em várias localidades casas de recibo, como a Dizimaria de Pombeiro no lugar da Pedra Moura, freguesia de S. Miguel da Varziela, segundo refere o dito Inventário de 1834.

Com esta comunicação, de maneira particular, queremos sublinhar uma notável fonte de receitas, que era a apresentação das igrejas e os dízimos que daí se recebiam. O inventário do mosteiro foi feito em 1834, sendo “língua e cabeça”, apresentado pelos outros três monges

ainda presentes, o Doutor Fr. António de Santa Rita Carvalho, ex-Dom Abade do mosteiro. Esse inventário dá-nos uma visão muito aproximada do que era o mosteiro, ao tempo, sua igreja, biblioteca e cartório, cerca de dentro e de fora, prédios rústicos, igrejas de apresentação, embora limitando-se à enumeração dos bens e documentos; inclusive, faz a descrição do “casco do mosteiro”, que tinha sido queimado a quando das invasões francesas e que ainda não estava completamente restaurado. No apêndice documental, fornecemos a descrição do casco do mosteiro. Em cada dia da inventariação, desde o dia 21/VI/1834 a 9/VIII/1834, o ex-abade esteve presente e assina todos os actos como Frei (ANTT – AHMF: *Mosteiro de Pombeiro*, Inv. 2244); só no último assina como Dr. António Feliciano de Santa Rita Carvalho, ex-Dom Abade (Dias, s/d: 227-244). Todo esse complexo de bens é que nos permite, hoje, ajuizar da capacidade financeira deste Mosteiro, para não falar da sua riqueza.

2.1. O Couto

A dádiva de coutos aos mosteiros é uma prática que, em Portugal, se estendeu desde os Condes portugalenses, D. Henrique e D.^a Teresa, até ao reinado de D. Afonso III. Na verdade, o couto, assegurado pela carta de couto, muitas vezes chamada “foral”, era a dádiva de uma terra livre a um mosteiro ou igreja; enobrecia o mosteiro e ajudava-o, materialmente, outorgando regalias; tornava ainda a terra do couto isenta das autoridades oficiais e seus juízes, bem demarcada por marcos próprios. O donatário do couto, abade do respectivo mosteiro, era constituído em juiz de primeira instância, tinha casa de audiência ou ouvidoria para as questões cíveis e de dizimaria ou almotaçaria (preços), nomeava e empossava o juiz próprio e outros oficiais, no primeiro dia de cada ano.

2.2. As propriedades: terras e quintas

Eram o resultado da doação do fundador do mosteiro e das dádivas adquiridas por ocasião da benemerência de testamentos e mandas por

orações e sufrágios. Além disso, havia as terras compradas ou escambadas, que se estendiam ao longe e ao largo, quase sempre arrendadas por contratos de aforamento fateosim, em três vidas ou numa vida. As propriedades englobavam casais, quintas, quebradas, searas, fontes, presas e pesqueiras, tudo com seus foros.

2.3. As Igrejas anexas e sua apresentação

Tal como os reis a fazer doação de forais de couto, também os bispos faziam aos mosteiros doação e escambos de igrejas, cujos rendimentos anexavam aos mosteiros. A anexação continha, em princípio, outorga do direito de apresentar ao bispo ordinário do lugar o padre candidato para a pastoral da respectiva igreja, paróquia ou freguesia. O mosteiro sustentava o dito pároco ou vigário assegurando-lhe os respectivos emolumentos, mas recebia, na globalidade, os rendimentos da igreja ou paróquia e responsabilizava-se pelas obras e decore da igreja. As igrejas ligadas a um mosteiro eram consideradas anexas ou filiais, e delas, portanto, o mosteiro colhia o respectivo dízimo. Já em 1425 o abade Martinho Afonso de Miranda (1398-1416) e monges de Pombeiro pediam ao Papa Martinho V a confirmação de algumas igrejas que o arcebispo de Braga tinha doado ao mosteiro para este suportar encargos; explicitamente se citam Canedo, Varziela, Moure, Vila Verde, Penacova, Sanfins do Torno, Cavês, Bovadela, S. Dinis de Vila Real⁷.

Deste modo, para este assunto, no tempo da Congregação Beneditina reformada vê-se como é importante recorrer aos documentos monásticos, sobretudo “Estados” enviados para o Capítulo Geral de Tibães, porque ali, quase sempre, vêm discriminadas as obras e despesas feitas em tal ou tal igreja. Note-se que, ao tempo da erecção da Congregação Beneditina (1567-

70), cada mosteiro tinha o seu cartório onde se registavam na gaveta das igrejas as apresentações dos párocos.

3. O património fundiário de Pombeiro

Nas vésperas da erecção da Congregação Beneditina (1566-67), os Mosteiros de Santo Tirso, Paço de Sousa e Pombeiro formavam o trio dos mosteiros beneditinos mais ricos ou de posses mais alargadas. Não admira, por isso, que grandes abades comendatários tenham querido apossar-se das rendas de Pombeiro desde 1424 a 1588, como S. Carlos Borromeo, arcebispo de Milão⁸, e D. António, Prior do Crato, que foi nomeado comendatário por Bula de 14/VI/1560 (Domingues, 1965)⁹. O próprio D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga, chegou a escrever a S. Carlos Borromeo por causa da partilha de encargos entre os dois e para ele reduzir nas suas pensões e se fazer em Pombeiro uma escola pública (Rolo, 1979: 117-118).

Integrado na Congregação Beneditina, o Mosteiro de Pombeiro foi considerado “Casa grande”, e ali se reuniu o Capítulo Geral de 1584, para além de várias Juntas Gerais. De resto, o mosteiro contribuiu com elevadas quantias para obras da Congregação: em 1588 com 65.000 réis para custear as despesas dos monges que iam para o Brasil; depois, com 135.000 mil réis para a compra do Hospício de Procuradoria em Braga, e outros encargos que o Capítulo Geral repartia pelos mosteiros, como foi o caso da construção de S. Bento da Vitória no Porto, e outros impostos de Quindénios para Roma e para o Exército. O mosteiro teve, além disso, de aguentar as obras de reparo e restauro da sua casa, que foi a primeira a ser intervencionada por determinação de 1590, no tempo do Geral Fr. Baltasar de Braga, obras que Fr. Leão de S. Tomás descreve em 1644. Mais

⁷ MPV: IV Súplicas do Pontificado de Martinho V.

⁸ Quanto à pensão de S. Carlos Borromeo sobre a Comenda de Pombeiro, cfr. De Witte: 1966. Cfr no “Corpo Diplomático Português” a correspondência do Embaixador em Roma, Lourenço Pires de Távora, T. VIII, 244 e T. IX, 66-67.

⁹ *Corpo Diplomático Português*, T. VIII, 478-482;

tarde, quando da barroquização da Igreja do Mosteiro por Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça, o qual aqui esteve de conventual 25 anos seguidos, entre 1770-1795, é que se fizeram as grandes despesas na talha, o pagamento do órgão construído por Francisco António Solla com caixa-buffet do mesmo Fr. José de Santo António (1783) (Dias, 1995: 119-130), e também no fomento agrícola, etc., nas pinturas de Fr. José da Apresentação, mais conhecido pelo pintor José Teixeira Barreto (Vitorino:1925)¹⁰, de que ainda existem dois quadros da Capela mor da Igreja (Anunciação e Visitação, assinados e datados de 1786), e, finalmente, as despesas de reconstrução, após o incêndio dos franceses em 13/V/1809, obras que, com certeza, não chegaram a ser acabadas (Freitas:1985). Mas, para além de tudo isto, havia o sustento dos párocos das igrejas anexas e manutenção das mesmas.

Para todas as empresas, o mosteiro contava, em primeiro lugar e principalmente, com os rendimentos fundiários do Couto, das Quintas e dos dízimos das Igrejas ou freguesias. Estas eram, portanto, as fontes principais de recibo e de receita.

3.1. O Couto de Pombeiro

Trata-se duma dádiva de carta de foral outorgada pela rainha D.^a Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, pela alma do Conde D. Henrique seu marido¹¹, em 1 de Agosto da era de 1150, ou seja, do ano 1112 (Azevedo, 1958:46-47)¹², da qual não se conhece o original, mas de que houve várias cópias e ainda confirmações régias, como a última de 25/XI/1711. Parece que, em boa hora, a Câmara comprou uma dessas cópias em pergaminho e a guarda ciosamente, como ainda os forais de Felgueiras e Unhão, belos cimélios de nobreza e antiguidade.

Os mosteiros beneditinos no Entre Douro e Minho foram favorecidos com cartas de couto, que ajudavam os mosteiros e os tornavam colaboradores na agricultura da região e no povoamento das terras (Dias, 1996: 275-297). O couto de Pombeiro era um espaço delimitado à volta do mosteiro, bem assinalado por marcos com o emblema do báculo e da mitra com o nome do mosteiro. Vejam, lá em baixo, a ponte sobre o Vizela! Dentro desse espaço, que era impedido às justiças régias, tudo se processava sob as ordens do respectivo abade e por meio do juiz e oficiais, para isso nomeados. Os habitantes, além disso, estavam isentos do fossado e outros impostos gerais da nação. Em contrapartida, os habitantes do Couto tinham de pagar ao mosteiro o ónus dessas benesses. Os coutos beneditinos eram prova da generosidade régia, mas argumento e emblema do poder monástico.

Para se ver a amplitude do Couto, que abrangia várias freguesias actuais (toda a de Pombeiro, parte das de Santa Maria de Vila Fria, de S. Miguel de Cerzedo, de S. Veríssimo de Lagares), transcrevo aqui a delimitação do mesmo, segundo o texto reproduzido nos Documentos Medievais Portugueses:

“nominato ipso cauto per medio de ipso Arco de Avizela et hin tras ille pausatorio intre Arcozelo et Palumbeiro et inde per illo lombo quomodo ferit in Sancti Genezis et de inde per ille Eiroa et hinc per Petra Penousa et ferit in carreira cova de Sancti Virissimi et tornat per ipsa strata usque in illa portela de Lagares et tornat per ibi per ipso lombo inter Margariti et Laordelo et inde ferit in ipsa portela inter Sendim et Bustello et inde tornat ad illa hermita de Sancta Cruz et inde tornat ipso lombo inprono quomodo ferit in ipse termino inter

¹⁰ Por ocasião do centenário da Igreja do Bonfim, em 1994-95, a Câmara Municipal do Porto organizou na Casa-Oficina de António Carneiro uma exposição sobre os pintores Teixeira Barreto, Pai e Filho.

¹¹ “*pro anima de viro meo ille Comes Henrico et pro remedio de peccatis meis*”. Não deixa de ser curiosa a injunção do anátema: “*sit maledictus a Deo et excommunicatus et careat proprias lucernas oculorum et fronte et non videat quam bona sunt in Hierusalem neque pax in Israel sed cum Iuda Domini traditori lugeat poenis in aeterna damnatione*”, DMP, I, 46.

¹² Cfr. “Memórias de Pombeiro”, doc. 4.

Jugueiros et Arcozelo et inde ferit in ipso rivulo de Avizela et tornat se a Vizela inprono usque ad illo Arco usque primitus incoavimus".

3.2. Propriedades: Quintas e outras terras

Seria necessário fazer um grande rastreio para conhecermos todos os bens que o mosteiro tinha espalhados ao longe. Em primeiro lugar, percorrendo as Inquirições do Reino, quer as de 1220 quer as de 1258, já poderíamos fazer uma ideia para o período mais recuado. Depois, e talvez fosse o mais imediato e urgente trabalho a fazer, seria analisar um tombo do mosteiro, quer ao tempo da reforma e integração na Congregação, quer no período que antecede a expulsão de 1834, o que, todavia, me parece bastante difícil, dado o desaparecimento quase total do respectivo cartório e a sua parca representação no ADP, onde só existem dois livros de recibo. No ADB-UM, para o Mosteiro de Pombeiro apresentam-se 2 livros do Mostrador de 1629, 40 livros de prazos, 2 livros de Recibo de 1818, o que daria bastante material para analisar.

Também seria necessário vasculhar todo o material existente no ANTT, sobretudo entre os documentos que foram do antigo Ministério da Fazenda Nacional com o Inventário de 1834, que fornece material interessante.

Como quer que seja, ao compulsar outras instituições, não deixarão de nos aparecer dados referentes a terras de Pombeiro. Assim nos aconteceu ao visitar o arquivo paroquial de Santa Cristina de Arões, onde descobrimos documentos do Abade de Pombeiro, ao percorrer documentação do Mosteiro de Arouca e ao analisar documentação medieval sobre freguesias do concelho de Lousada, sobretudo

Santa Marinha de Lodares, S. João Evangelista de Nespereira, S. Pedro Fins do Torno, S. Veríssimo de Nevogilde (Lopes: 2004).

As "memórias de 1733", inéditas, referem alguns documentos do Cartório de Pombeiro. Também sabemos que João Pedro Ribeiro, incumbido de visitar os cartórios do Reino, por fins de Julho de 1792, visitou o de Pombeiro e dele tirou algumas cópias (Cruz, 1938: 30-35)¹³.

Sabemos que Fr. Bento de Santa Gertrudes (+1846), Cartorário Mor da Congregação, fez o "*Índex do Cartorio de Pombeiro*" (Freitas, 1985: 164-165), que estava na casa de Santo Ovídio, pertencente aos seus familiares, em Aveleda, Lousada, mas desapareceu.

3.3. Igrejas de apresentação

Como se disse e está provado, as maiores receitas dum mosteiro eram as que provinham do dízimo, quer das propriedades, quer das igrejas ou paróquias anexas. Quase sempre, para os beneditinos, a igreja dum mosteiro era também a paroquial e nela deixaram a sua marca através de talha, imagens ou frescos de S. Bento, como se via na velhinha igreja românica de Vila Verde, Felgueiras (Fernandes, 1989:125-126), e pode ver na de Vila Marim, Vila Real, onde, há pouco, foram descobertos preciosos frescos do século XV com pinturas de S. Bento e de S. Bernardo.

Durante a Idade Média e mesmo após a reforma da Congregação Beneditina, o pároco ou vigário da igreja do mosteiro era um sacerdote do clero secular apresentado ao bispo ordinário do lugar pelo abade do respectivo mosteiro. Daí muitas igrejas do Norte serem abadias e seus párocos abades. Todavia, o Papa Clemente VIII, pelo Breve "*Exposcit pastoralis*" (22 de Maio de 1596), que existe no ADB-UM de Braga¹⁴ (Vasconcelos, 1986:180) e no Mosteiro de Singeverga¹⁵, fez com que os vigários das igrejas

¹³ De facto, no Códice n.º 704 da Biblioteca Geral de Coimbra, lá se encontram cópias nos n.ºs 6, 9 (Doação da igreja de S. Martinho de Vale de Bouro), 13, 15, 22, 24.

¹⁴ Registo Geral, Livº 2, fl. 437v-438

¹⁵ AS - Cartório de Bustelo, Gav. Letras Pontificias n.º 13.

monásticas passassem a ser monges do respectivo mosteiro, apresentados pelo abade e sancionados pelo bispo diocesano, como aconteceu em tempo do Arcebispo D. Fr. Agostinho de Jesus e os livros do Registo Geral demonstram¹⁶.

O primeiro Vigário monástico apresentado para o Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro foi o Pe. Fr. Ambrósio de Lisboa, OSB, em 27/I/1600, e aí se apela, expressamente, para o Breve papal¹⁷. Por norma, o monge encarregado da paróquia do mosteiro era o Prior e usava o nome de Vigário. Registe-se que para a paróquia de Santa Marinha de Vila Marim foi dada provisão em 1599 a Pe. António Fernandes e expressamente se diz que era dos Padres de Belém, mas não se fala de apresentação, o qual quase logo deu lugar a Pe. Jorge de Carvalho, ainda em 1599.

Na prática, as igrejas dos mosteiros beneditinos eram paroquiais (Vigararias) pois estavam ao serviço das respectivas paróquias, e todos os mosteiros tinham igrejas anexas; só o Mosteiro de S. João de Cabanas, um quase ermitério situado na freguesia de Afife, Viana do Castelo, é que não tinha igrejas anexas nem a sua igreja conventual era paroquial.

Para o século XV, José Marques enumera 19 igrejas do Padroado de Pombeiro (Marques, 1981:148-153; Marques:1988). Mas, nas “Memórias de Pombeiro”, um documento de Tibães, datado de 1675, sendo Geral Fr. Cipriano de Mendonça”, conta, então, as igrejas de Pombeiro e enumera 31, mas de apresentação apenas refere 6: Sendim, S. Veríssimo de Lagares, Santo Estêvão das Regadas, S. Veríssimo de Nevogilde, S. Miguel de Cerzedelo e S. Salvador de Arnoso¹⁹.

Por sua vez, Fr. António da Assunção Meireles, lançando um olhar abrangente para todo o património das Igrejas mesmo antes da divisão, refere 40 igrejas do padroado do Mosteiro de Pombeiro e seus rendimentos (Meireles, 1942:75-111). Não esqueçamos que, se os monges de Pombeiro colhiam os dízimos da cóngrua e apresentavam o pároco, de facto tinham de arcar também com o sustento do respectivo pároco e prover à manutenção da igreja, edifício, paramentos e outras alfaia. Por esta razão, a consulta dos “Estados” de Pombeiro enviados para o Capítulo Geral que, de três em três anos, se realizava em Tibães, é indispensável para o movimento e particularmente para o gasto do adorno e talhas das igrejas anexas ao mosteiro. Infelizmente desapareceram as actas dos últimos Capítulos Gerais e, para Pombeiro, o “Estado” de 1822 é o último que temos.

Já que as igrejas anexas estavam distribuídas por circunscrições territoriais, hoje desaparecidas, vamos procurar catalogar essas igrejas pelos concelhos em que, actualmente se situam. Muitas delas escaparam ao Padroado do Mosteiro de Pombeiro, tendo em conta que 13 de Vila Real e Sabrosa passaram para os Padres de Belém; apontaremos, ao mesmo tempo, tanto quanto possível, os rendimentos das que estavam ainda anexas em 1713:

Concelho de Felgueiras: 13 Igrejas:

- Friande - 325000 reis; Idães; Jagueiros - 511000 reis (em 1704); Lagares; Margaride - 450000 reis (1734); Moure; Penacova; Pombeiro - 386000 reis (1734); Sendim; Várzea; Varziela; Vila verde; Capela de Santa Quitéria.

¹⁶ AS, Cartório de Bustelo, Gav. Letras Pontifícias n.º 13) (ADM-UM, Registo Geral, Liv.º 2, fls. 437v-438v. Para a apresentação dos Vigários monásticos ver Registo Geral - *Livros n.ºs* 6, 7, 10, entre os anos de 1599-1605.

¹⁷ ADB-UM - Registo Geral, Liv.º 6, fls. 328-328v.

¹⁸ ADB-UM - Registo Geral, Liv.º 6, fls. 316v-317; fls. 317-317v.

¹⁹ ADPorto - *Catálogo das Igrejas da Congregação de S. Bento de Portugal no Arcebispado de Braga*, Ms. 2801, Secção Monástica, fls. 9v-16v.

Concelho de Amarante: 3 igrejas

- Cepelos; Canadelo; Aboadela (Bovadela ou Ovelha do Marão).

Concelho de Fafe: 4 igrejas

- Armil - 302000 reis; Ardegão - 54000; Cepães - 265000 reis; Teivães (Antime) - 71000 reis; Arões; Santa Cristina.

Concelho de Cabeceiras de Basto: 4 igrejas

- Canedo; Cavês; Vilar; Valdebourou.

Concelho de Celorico de Basto: 2 igrejas

- Regadas; Rego, S. Bartolomeu - 360000 reis (1734).

Concelho de Guimarães: 2 igrejas

- Calvos, S. Lourenço; Sarzedo.

Concelho de Lousada: 2 igrejas (Lopes: 2004²⁰)

- Nevogilde, S. Veríssimo; Torno, Sanfins do.

Concelho do Porto: 1 igreja

- Nevogilde, S. Miguel de.

Concelho de Vila Nova de Famalicão: 1 igreja

- Arnos, Mosteiro do Salvador e Igreja de Santa Maria.

Concelho de Vila Real: 11 igrejas (Costa, 1959:250-170)

- Corrego, Santa Comba; Lordelo, Madalena de; Mondrões; Panóias (S. Tiago de Vila Chã); Pena, S. Miguel da; Roios (Aroios) - S. João Baptista de; S. Dinis de

Vila Real; Vila Real, S. Pedro; Torgueda, S. Salvador de; Vale de Nogueiras; Vila Marim, Santa Marinha de.

Concelho de Sabrosa: 2 igrejas

- Riba de Pinhão, S. Lourenço de; Panóias, S. Tiago ou Vila Nova de (Vila Chã).

Demoremo-nos, porém, um pouco com a lista das igrejas anexas.

No tempo da Inquirição do Cardeal D. Henrique, em 1568, antes da partilha das rendas, o Mosteiro de Pombeiro ainda tinha a apresentação de 37 igrejas anexas! Por sua vez, o Pe. Carvalho da Costa (Costa, 1706, 1708 e 1712), em 1706-08, enumerava apenas 24 igrejas. O "Cadastro da Província do Minho" (Vilas-Boas in Cruz, 1970), em 1779, ainda enumerava 21 igrejas, assim distribuídas:

Área do Couto

- 1.^a Santa Maria de Pombeiro: Fogos 180, Almas 639, Dízimos 740\$000 rs.

Conc. Felgueiras

- 2.^a Santa Eulália de Margaride: Fogos 231, Almas 601, Diz. 850\$000 rs.
- 3.^a S. Jorge de Vizela: Fogos 124, Almas 429, Dízimos 529\$000
- 4.^a Salvador de Moure: Fogos 128, Almas 566, Dízimos 680\$000 rs.
- 5.^a S. Tomé de Friande: Fogos 130, Almas 480, Dízimos 580\$000 rs.
- 6.^a S. Tiago de Sandim: Fogos 144, Almas 557, Dízimos 660\$000 rs.
- 7.^a S. Pedro de Jagueiros: Fogos 192, Almas 684, Dízimos 950\$000 rs.
- 2.^a parte Unhão

²⁰ Cita vários documentos sobre as igrejas e casais pertencentes ao Mosteiro de Pombeiro: pp. 226,229, 230, 232, 285, 287, 296-7, 299, 359, 362-3, 365, tirados de apontamentos do grande estudioso beneditino Fr. Bento de Santa Gertrudes. Também refere várias vezes o Mosteiro de Bustelo.

- 8.^a S. Miguel da Varziela: Fogos 95, Almas 386, Dízimos 700\$000 rs.

Conc. Unhão

- 9.^a S. Mamede de Vila Verde; Fogos 90, Almas 337, Dízimos 400\$000 rs.
- 10.^a S. Pedro Fins do Torno: Fogos 142, Almas 530, Dízimos 640\$000 rs.

Honra Cepães

- 11.^a S. Mamede de Cepães: Fogos 141, Almas 400, Dízimos 50\$000 rs.

Termo Guimarães

- 12.^a S, Martinho Penacova: Fogos 100, Almas 390, Diz. 500\$000 rs.
- 13.^a: S. Martinho de Armil: Fogos 135, Almas 466, Dízimos 600\$000rs.

Conc. Cabeceiras Basto

- 14.^a S. João de Cavez: Fogos 175, Almas 805, Dízimos 920\$000 rs.
- 15.^a S. Lourenço Vilar de Cunhas: Fogos 43, Almas 294, Dízimos. 380\$000 rs.

Conc. Celorico Basto

- 16.^a St^a Maria de Canedo: Fogos 200, Almas 689, Dízimos 740\$000 rs.
- 17.^a S. Martinho Vale de Bouro: Fogos 206, Almas 920, Dízimo 1.000\$000 rs.
- 18.^a S. Bartolomeu do Rego: Fogos 205, Almas 930, Dízimos 1.100\$000 rs.
- 19.^a St^a Marinha de Ardegão: Fogos 53, Almas 166, Dízimos 200\$000 rs.

Honra de Ovelha

- 20.^a St^a Maria de Bobadela: Fogos 187, Almas 728, Dízimos 880\$000 rs.
- 21.^a S. Pedro de Canadelo: Fogos 34, Almas 155, Dízimos 200\$00 rs.

Total: Fogos – 1935; Almas – 11.356; Dízimos – 13.940\$000 rs.

Pelos dados, que acabámos de apresentar, pode ver-se a fonte dos rendimentos deste grandioso mosteiro beneditino de Pombeiro, apesar de, durante muito tempo, ter perdido o controlo de bastantes igrejas do seu património a favor dos Padres Jerónimos de Belém, em Lisboa. Ainda assim, ficou com um cabedal de rendas suficiente para as obras que, ao longo dos tempos, no mosteiro se realizaram. Compreendemos, desta maneira, aquele dito irónico que corria entre as gentes do Entre Douro e Minho e Fr. Leão de S. Tomás registou: “Melhor é Deus que o abade de Bustelo”²¹.

Em vários documentos manuscritos nos aparece o problema da apresentação das igrejas: “Notícia das igrejas unidas aos mosteiros de Pombeiro, Bustelo, S. Salvador de Palme e S. Romão do Neiva” (Capítulo Geral de 1742)²².

Ainda nas Actas do penúltimo Capítulo Geral, em 1828, se lê: “É lei conformada que os rendimentos e fundos da Capela de Santa Quitéria são *in solidum* do mosteiro de Pombeiro, ficando este com a obrigação de conservar e venerar a mesma Capela, concorrendo para tudo o que for em aumento da devoção do Povo, e pelo que pertence à nomeação e sustento de quem deve estar nela, o M. R. P. D. Abade providenciará como for justo; e não poderá o mosteiro aproveitar-se senão dos rendimentos do fundo da mesma Capela, por que é obrigado a venerá-la”²³. Nessas mesmas actas se fala do pedido do vigário de Armil para que lhe aumentem a cóngrua ou que o mosteiro lhe cedesse uma parte

²¹ SÃO TOMÁS, Fr. Leão de – Oc. Tomo II, Cap. IX, p. 57.

²² BPMPorto - *Miscelânea*, Ms. 1257, n.º 10.

²³ Actas do Capítulo Geral de 1828, fl. 66-67.

dos dízimos que pagam 4 lavradores", o que foi indeferido. Pedido de aumento de cõgrua fazem também os vigários de Margaride, de Canadelo e de Canedo²⁴.

Talvez por causa disto é que o Abade de Pombeiro era Esmoler-mor do Rei, quando passava do Douro para cima. Assim aconteceu com o último abade de Pombeiro, Fr. António de Santa Rita Carvalho que, apesar de ser liberal, foi nomeado para tal cargo (Dias, (s/d): 227-244, cfr Silva, 1986-87: 401).

De forma sarcástica, à acumulação e dissolução do património dos religiosos, pondo acento na contabilidade, chamava um moderno estudioso italiano nada menos que "o paraíso dos monges" (Landi:1996).

Não se esqueça que os monges conseguiram salvar a majestosa igreja de estilo românico-gótico, autêntica Catedral rural, enriquecê-la com a decoração da talha de Fr. José de Santo António Ferreira Vilaça e puderam ainda reconstituir parte do mosteiro incendiado em 13/V/1809, a quando da retirada da segunda invasão francesa. Por tudo isto, "Salvar Pombeiro", conforme a campanha que, há anos, se vem fazendo por mérito da Câmara Municipal de Felgueiras e que eu acompanho desde 1990, é um imperativo de cultura e de religião salvaguardar o Património Nacional, que esta grandiosa igreja representa. De facto, é monumento nacional (Dec. 16-6-1910, DG 136, de 23 de Junho de 1910).

Por todas estas razões, poderia considerar-se o mais rico dos Mosteiros beneditinos portugueses, senão mesmo "o mais importante", como diz José Marques.

Não queria terminar sem dar a conhecer um curioso relatório enviado em 1722 para a Academia Real da História, por solicitação do rei D. João V, e que é um importante documento, o qual, até agora, esteve inédito, mas se encontra na Câmara Eclesiástica de Viseu.

Trata-se dum documento manuscrito redigido por dois monges beneditinos, Pe. Mestre Fr. António de S. Bento Camelo +1738 (Ramos, 2003:198-199; 234-235) e Fr. Gaspar Barreto +1727, cujo título era: "Noticias varias de todos os Mosteiros deste Congregação de S. Bento neste Reino de Portugal tiradas dos Autores e Cartorios dos mosteiros, e resumidas para se mandarem a Academia Real da Historia em o anno de 1722". Ms. fol. autógrafo.

Possivelmente, a redacção sobre os mosteiros seria obra de Fr. Gaspar, enquanto Fr. António terá redigido a notícia sobre os Monges ilustres, enquanto a fusão dos textos seria obra de Fr. António de S. Bento Camelo, como informa Fr. Marceliano da Ascensão na sua "Crónica de Tibães", manuscrito do arquivo de Singeverga, mas que existe em melhor apresentação na BNL, códice 11416.

²⁴ O.c. - fls. 76, 77.

5. Bibliografia

Fontes manuscritas

- ADB-UM _ Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho. Cx. das Bulas, n.º 7, doc. 235. Certidão feita em Braga a 5/V/1586.
- ADB-UM _ Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho. Registo Geral, Livro 2, fl. 437v-438; Livro 6, fls. fl. 316v-317; 317-317v; 328-328v.
- ADPorto _ Arquivo Distrital do Porto - *Catalogo das Igrejas da Congregação de S. Bento de Portugal no Arcebispado de Braga*, Ms. 2801, Secção Monástica, fls. 9v-16v
- ANTT-AHMF _ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro*, Inventário n.º 2244.
- ANTT _ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - *Livro 5.º de Além Douro*, fl. 25;
- AS _ Arquivo de Singeverga
- Cartório de Bustelo - *Gaveta das Letras Pontifícias*, n.º 13. Traslado em papel feito na Cúria de Braga.
 - Fr. Luís dos Serafins Saraiva - *Livro de Apontamentos* (3.º).
 - *Livro dos Instrumentos das posses que se tomarão dos mosteiros da ordem de S. Bento deste reino de Portugal*, fls. 13-15 e 63-65.
- BPBraga _ Biblioteca Pública de Braga - *Manuscrito n.º 1007*.
- BPMPorto _ Biblioteca Pública Municipal do Porto
- *Códice 295* (756), fl. 91v.
 - *Miscelânea*, Ms. 1257, n.º 10; Ms n.º 768.
- Corpo Diplomático Português. Correspondência do Embaixador em Roma, Lourenço Pires de Távora. T. VIII, 244 e T. IX, 66-67.

Estudos

- AZEVEDO, R. (org.) (1958) - *Documentos Medievais Portugueses*. Vol. 1. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- CASTELO BRANCO, C. (1993) - *Lembrança do que vi e passei na jornada que fiz ao Minho no ano de 1758*, “Mosaico e Silva, in *Obras Completas*, Vol. XV, Porto, Lello & Irmão – Editores, p. 341-342.
- COSTA, Pe. A. C. - *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso reino de Portugal...*, I, Lisboa, 1706; II 1708; III, 1712.
- COSTA, Pe. A. J. (1959) - *O Bispo Dom Pedro e a organização da Diocese de Braga*. II Vol., Coimbra, p. 250-270.
- CRUZ, A. (1938) - *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*. Coimbra, p. 30-35.
- VILAS-BOAS, C. J. G. (1799) - *Cadastro da Província*, publicado por António Cruz – Geografia e Economia da Província do Minho, Porto, 1970.
- DE WITTE, C.M., OSB (1966) - *Saint Charles Borromée et la Couronne du Portugal*. Lisboa.

- DIAS, G. J. A. C. () - Entre a Pátria e a Religião no tempo do Liberalismo: D. Frei António de Santa Rita Carvalho, Egresso beneditino e Arcebispo-eleito de Goa, in *Poligrafia*, n.º 9/10. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, p. 227-244.
- DIAS, G. J. A. C. [s/d] - O Mosteiro de Pombeiro e os Beneditinos nas origens de Felgueiras, in *Felgueiras-Cidade* I, n.º 1, p. 39-52.
- DIAS, G. J. A. C. (1995) - O órgão do Mosteiro Beneditino de Pombeiro - Felgueiras. *Revista de História*. Porto: Centro de História da Universidade do Porto, p. 119-130.
- DIAS, G. J. A. C. (1996) - Na variedade dos foros, a singularidade dos Coutos beneditinos: generosidade régia e poder monástico. *Revista de Guimarães*, Vol. 196, p. 275-297.
- DOMINGUES, M. (1965) - *O Prior do Crato contra Filipe II*. Lisboa: Romano Torres.
- FERNANDES, M. A. (1989) - Felgueiras de ontem e de hoje. Braga: Câmara Municipal de Felgueiras, p. 125-126.
- FERNANDES, M. A. (1992) - O Mosteiro de Pombeiro e a sua evolução histórica, in *Gil Vicente*, n.º 26, Guimarães: Gabinete de Imprensa de Guimarães, pp. 25-30.
- FREITAS, E. (1985) - *Felgerias Rubeas. Subsídios para a história do Concelho de Felgueiras*. 2.ª ed. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras.
- LANDI, F. (1996) - *Il Paradiso dei Monaci. Accumulazione e dissoluzione dei patrimoni del clero regolare in età moderna*. Bolonha: La Nuova Italia Scientifica.
- LENCART, J. (1997) - *O Costumeiro de Pombeiro*. Lisboa: Editorial Estampa.
- LOPES, E. T. (2004) - *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.
- MARQUES, J. (1981) - O estado dos mosteiros beneditinos da Arquidiocese de Braga no século XV, in *Bracara Augusta*, p. 148-153.
- MARQUES, J. (1988) - *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: INCM.
- MEIRELES, Fr. A. A. (1942) - *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, doc. n.º 1, pp. 116-118.
- MPV _ Monumenta Portugaliae Vaticana, IV Súplicas do Pontificado de Martinho V. Documentos publicados por António Domingues de Sousa Costa, OFM (1970). Braga: Edições Franciscanas, p. 30-31, Doc. 866.
- RAMOS, L. A. O. (2003) - Inéditos do Cardeal Saraiva (historiografia Monástica) II. *Bracara Augusta*, Vol. LI, n.º 106 (119), p. 198-199; 234-235.
- ROLO, R. A., OP (1979) - *Bartolomeu dos Mártires – obra social e educativa*. Braga.
- SILVA, A. B. M. (1986-87) - O Miguelismo em Braga. *Bracara Augusta*, n.º 40, p., 401.
- SOUSA, Dom G. (1971) - Camilo e a “Lembrança” de Fr. Bernardo. *O Tripeiro*, Porto, p. 225-227.
- SOUSA, B. V. (Dir.) (2005) - *Ordens Religiosas em Portugal: Das origens a Trento - Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 68-69.
- VASCONCELOS, M. A. S.; ARAÚJO, A. S. (1986) - *Bulário Bracarense*. Braga: Arquivo Diustrital de Braga – Universidade do Minho, p. 180 e 506.
- VITORINO, P. (1925) - *José Teixeira Barreto, Artista Portuense (1763-1810)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Apêndice Documental

1

Memórias de 1722. Memórias para a Academia Portuguesa da História Câmara Eclesiástica de Viseu – Manuscrito n.º 38.

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE POMBEIRO.

Este Mosteiro dedicado a N^a. Senhora, sucedeu ao de Sobrado, fundou-se e dura hoje na topografia em que descreve o Me. Fr. Leão no 2.º volume da “Benedictina”, fl. 48. Ai aponta várias opiniões da sua fundação e se inclina a que foi dos Sousas, família naquelas eras dominante e em todas esclarecida; porém não faltam conjecturas para se entender que a fundação propriamente foi de El Rei D. Fernando o Magno, pelos anos de 1041, assim por se chamar este mosteiro imemorialmente real, como porque mudando-se o espelho do pórtico para se afermosear o frontispício foi preciso alterar o tímpano em que estava assentado um leão rompente, Lema conhecida dos reis de Leão; e sem embora de que estas conjecturas não sejam tão firmes como pede a matéria, todavia o Padre António Carvalho da Costa, na sua “Geografia”, tomo 1º, capítulo 23, fl. 124 trata esta fundação com algumas individuações, atribuindo-a a el Rei D. Fernando o Magno; e assim como devia ter documentos para isso, não fará grande despesa o recordá-los, antes será razão o exhibi-los, suposto que estão na torre do Tombo: que para ser real o Mosteiro de Pombeiro e para se denominar legalmente real lhe basta o ser do padroado dos Srs. Reis de Portugal, como confessam os Sumos Pontífices, especialmente o Santo Pio 5º nas bulas da reforma que imprimiu o nosso Fr. Paulo do Touro, das quais basta a que começa = Regimini Universalis Ecclesiae.

Hoje o Mosteiro quase reedificado todo faz uma magnífica representação, constituindo-se do pórtico e frontispício da igreja, de duas soberbas torres e de uma vistosa galaria sobre o terreiro. A igreja de 3 naves é uma nobre basílica e é a única coisa que conservamos da antiguidade. Os dormitórios em correspondência à igreja, além da comodidade que dão aos monges, igualam e formam um amplíssimo bizarro claustro que se guarnece de excelentes varandas. No centro do Claustro se levanta um admirável chafariz, cuja elevada fábrica e feitio o põem na linha dos mais encarecidos²⁵. A sacristia é boa e ampla, nela conservamos algumas relíquias, sobre todas em uma cruz o Santo Lenho da de Cristo rodeado e assistido de muitos santos mártires, bispos, confessores e Virgens, todos individuidos pelos seus letreiros.

Um relicário de bronze dourado e curiosamente lavrado que serve às relíquias de N. Padre S. Bento, S. Plácido, St^a Justina, S. Marçal e entre outras muitas um grande osso de S. Zeno.

Um cofre de prata lavrado com primor tem o Santo Lenho de Cristo, relíquias do Santo Levita Lourenço, do Precursor Sagrado e um queixo inteiro de S. Brás.

²⁵ Classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto N° 129/77, de 29 de Setembro de 1977), encontra-se no jardim da Casa da Boavista, Castelo de Paiva, comprado pelo Conde de Castelo de Paiva. Era um belo chafariz de granito com tanque circular e duas taças de dezoito bicas de mascarões. O remate é constituído por um corpo cilíndrico decorado e um plinto com o escudo de Portugal, encimado por esfera. Foi posto no claustro em 1702, quando era abade Fr. Lourenço Pereira (1701-1704). Apresenta grandes semelhanças com o chafariz de Ponte de Lima.

Quatro meios corpos com relíquia, o 1º de S. Plácido, o 2º de S. Vicente Abade Mártir, os outros dois com relíquias dos Santos Mártires de Cardenha.

Destruída ou desprezada a célebre galilé de Pombeiro (aula que era da Faculdade de Heráldica) só nos ficou a sua memória e dos seus momentos na pia e curiosa recordação que nos deixou o Me. Fr. Leão no seu 2º volume, e tudo o que neste género há hoje se reduz a 3 sepulturas que duram na igreja sem epitáfio, duas debaixo do Coro, uma para a parte do Evº, outra para a da Epª. Levantam-se da terra como 2 palmos e se mostram proporcionalmente à parede. O 1º túmulo tem a figura de um homem relevado na pedra, com uma espada na mão, e na testa do túmulo cinco flores de lis, tudo muito bem lavrado. O 2º que lhe corresponde é da mesma fábrica e lavor, só não tem figura. Desta mesma parte, mais acima, chegado às grades do cruzeiro, está outro túmulo maior que os referidos, igualmente lavrado e na mesma postura, e por cima a figura de um homem com barbas Nazarenas e a espada na mão, e na testa do túmulo um escudo com 5 barras.

No cruzeiro da igreja, da parte da Epistª., junto à porta da Sacristia, estavam sepultados os ossos de Manuel de Faria e Sousa, copioso abreviador da História Portuguesa e merecedor todavia da nossa memória, e com ele juntamente os de sua mulher D. Catarina Machado, moradora que foi na sua Quinta da Caravela desta freguesia de Santa Maria de Pombeiro, em cuja igreja foi seu marido baptizado; e remedeando o Pe. Dr. Fr. Bento da Ascensão, D. Abade actual deste Mosteiro, a lhaneza, ou desmazelo de não ter esta sepultura algum epitáfio, lhe mandou gravar o seguinte:

"Inclitus hic jacet uxore sua Sepultus

Scriptor ille Lusit Emmanuel de Faria

E Souza hoc oppido natus. Obiit die 5 Set.(em)bris anno D(omi)ni 1660".

Fora da porta principal, debaixo do Pórtico, está uma sepultura de pedra lavrada, cujo letreiro de caracteres já gastados todavia deixa juntar estas palavras = VI: idus Martii: ob: Don. Velascus. Menendi: filius comitis Donni Menendi = a era, ou ano, totalmente se não lê.

No Cartório temos todos os privilégios e doações dados e feitas a este Mosteiro que o Me. Fr. Leão aponta, e assim não há que repetir, porque não temos mais individuações, nem todas do que as que ele produz.

Também no mesmo Cartório conservamos a confirmação do Couto do Mosteiro que nos deu e demarcou a Rainha D. Tareja. Os Snrs. Reis predecessores de V. Majestade o confirmaram, e sobretudo V. Majestade que Deus nos guarde a confirmou em Lisboa a 25 de Novembro de 1711.

Treslado autêntico da Torre do Tombo, por ordem de V. Majestade, da doação de igrejas e casais que o Sr. Rei D. Dinis fez a este Mosteiro.

Outras doações que o Sr. Rei D. Afonso 4º e o Sr. Rei D. Manuel fizeram ao Mosteiro que se fundam em umas inquirições em língua latina que estão na torre do Tombo.

Doação que dificilmente se lê, de Lugo Odarias e sua irmã Maria Odarias de Vila Vilela, era de 1182, e outra em que Tareja Mendes dá as suas herdades de Gontães ao Mosteiro. Outra da Condessa D. Elvira em que dá a vinha da Várzea.

Doação de D. Gonçalo Miz de Bragança, de muitos casais para que os monges o encomendem a Deus, e outras muitas doações ilegíveis, e só por fora têm alguma luz do que são, mas escassíssima.

Doação de Martim Pires de Hervilhon, em que deixa ao Mosteiro Vila Nova e em Refoios o quarto de Jou: Tabelião, Martim Giraldes, ano 1329.

Doação de Vicente Mendes e sua mulher Elvira Mendes, de tudo o que tinham em Cosseiros, em Pedra Fendida, freguesia de S. Mamede de Vila Verde, ano 1340.

Doação de João Pires Cavalo, da sua herdade em Lordelo, pela alma de sua mulher Domingas Gls, ano 1351.

Outra de Violante Vicente, mulher de Martim Correa, da Quinta da Corveira, sita em Penafiel, 1402.

Outra de Afonso Gl's e de sua mulher Senhorinha Gl's de 2 maravedis velhos, ano 1410. Outra de Rui Paes de Basto de 40 libras. Outra de Martim Lourenço do Burgo. Outra de Jorge Ferreira, mas de nenhuma destas quatro doações se pode soletrar a era.

Outras muitas doações e escrituras se conservam neste Cartório, mas quase todas elas se não podem ler. Outros papéis que são mais legíveis tocam só a padroados, litígios e conservação deles, terras e casais e coisas da mesma qualidade que dizem pouquíssimo respeito à História e os omitimos, não tanto por prolixos como por incoerentes.

Temos a memória das muitas igrejas que tivemos da nossa apresentação, das quais se alhearam muitas, talvez por descuido, talvez por violência, e das que conservamos temos as confirmações ou títulos do Diocesanos.

Um privilégio do Sr. Rei D. Duarte, em que toma debaixo de seu amparo este Mosteiro, todos os seus casais, igrejas, coutos, quintas e lavradores, em Évora, a 21 de Dezembro de 1434.

Outro de seu filho o Sr. Rei D. Afonso V para que os oficiais do Mosteiro possam trazer armas. Dado em Lisboa ano 1439 a 24 de Junho.

Outro do Sr. Rei D. João III para que os fidalgos não molestem os caseiros deste couto.

Outro do Sr. Rei D. Filipe 2º de Portugal, em que concede aos rendeiros de Pombeiro possam tirar, levar e vender duas partes de pão da renda do dito Mosteiro em toda a parte deste reino. Dado em Lisboa a 1610.

Também temos no nosso Arquivo as graças e privilégios que nos concederam muitos Sumos Pontífices, entre eles Xisto 4º, Alexandre 6º, Paulo 3º, Bonifácio 9º, Eugénio 4º, Clemente e Urbano 8º, e ultimamente o Santo Padre Inocência 11 que nos privilegiou para sempre o altar da Confraria das Almas, na Bula = Egregiis Viris = e acumulou, agregou e confirmou todas quantas graças nos estavam concedidas, acrescentando com tão imensa profusão as indulgências que ele mesmo diz na dita Bula, “que só Deus poderá enumerar!”. “Dado em Roma aos 30 de Janeiro de 1683”.

A Livraria terá coisa de mil volumes que pertencem ao uso das escolas e ao ministério da prédica: espirituais muitos e bons, históricos poucos e vulgares.

Os abades perpétuos, os comendatários e os trienais até o ano de 1641 diz o Pe. Mestre Fr. Leão, nós diremos os que se seguiram:

Fr. Fructuoso Ferreira, de S. João de Codeços, Arcebispado de Braga, ano 1644

Fr. Zacarias Osório, de Amarante 1647

Fr. António Sanhudo, de Castelões, bispo do Porto 1650

Fr. Bernardo de Santiago, da Cerqueda, junto a Santo Tirso 1653

Fr. Alberto dos Reis, de Braga 1656

O Mestre Fr. Gregório de Magalhães de Travanca 1659

O Mestre Fr. Baltasar da Cunha de Vila Real 1662

Fr. Matias Cirne, de Viana de Lima 1665

Fr. Amador de Santa Maria, de Caide, bispado do Porto 1668

Fr. Matias Cirne, 2ª vez 1671

Fr. Vicente dos Santos, de Arrifana de Sousa 1674

Fr. Jacinto da Cunha, de Amarante 1677

Fr. Vicente dos Santos, 2ª vez 1680 O Mº Fr. Plácido de Ressurreição, de Amarante 1683.

O M.e Fr. Francisco Bezerra, de Viana de Lima 1686.

Fr. João de Magalhães, de Aveleda, concelho de Louzada 1689

Fr. Luís de S. Bento, do Porto 1692

Fr. João de Magalhães, 2ª vez. 1695.

O M.e Fr. Francisco de S. Paulo, de Guimarães 1698

Fr. Lourenço Pereira, de Monção 1701

O Mestre Fr. Francisco de S. Paulo, 2ª vez 1704

O M.e Fr. João de Carvalhais, de Guimarães 1707

Fr. Manuel Cardoso de S. Pedro do Sul 1710, e falecendo foi eleito em seu lugar Fr. Roque da Conceição, de Guimarães.

Fr. Roque da Conceição, reeleito 1713

O M.e Fr. Francisco de S. Paulo, 3ª vez, 1716, e falecendo foi eleito em seu lugar Fr. Manuel de Macedo, da Faia, concelho de Santa Cruz.

O Mestre Fr. Bento da Ascensão, de Arrifana de Sousa, ano 1719 que actualmente governa o Mosteiro com grande acerto e zelo, e além de outras muitas obras, por ordem sua se continua à Protomartir Portuguesa Santa Quitéria o nobilíssimo templo (que seu antecessor o D. Abade Fr. Manuel de Macedo tinha começado com grande espírito) sobre a ermida de S. Pedro situada no monte de Pombeiro, na freguesia de Santa Eulália de Margaride, cuja igreja é do padroado deste Mosteiro, e se começou e se prossegue esta obra magnificamente, em alusão aos grandes e repetidos milagres que aquela gloriosa Virgem Mártir faz continuamente, como qualificará o epitome deles que a devoção do dito Padre Me. Campos e a sua caridade mandou imprimir com o título de "Vida e Martírio de Santa Quitéria no Monte de Pombeiro Interamnense".

Memória Paroquial do Mosteiro e Paróquia de Santa Maria de Pombeiro

ANTT – Manuscritos da Livraria, N.º 891: *Notícia dos Mosteiros Beneditinos que por obediência às ordens reais de S. Magestade offerece à Secretaria de Estado Fr. Francisco de S. José e Souza Dom Abbade Geral da Congregação de S. Bento neste reyno de Portugal, Principado do Brazil.*

[fl. 18v] Mosteiro de Pombeiro

“Perto do Rio Vizella no Concelho de Felgueyras, do arcebispado de Braga e Provincia do Minho, está o Mosteyro de Santa Maria de Pombeyro, pouco distante do lugar, em que antigamente existia o de Santa Maria de Sobrado. A sua fundação atribuem huns aos illustres Souzas, famillia esclarecida em todo o tempo, outros com mayor fundamento ao Rey de Leam Dom Fernando Magno pellos annos de 1041. Está situado no declive de trez montes, cujo plano, que forma, hum pequeno valle, hé limitado de Oriente a Occidente; e de Norte a Sul se estende huma milha que termina em o rio Vizella, ou Avizella, como chamavão os antigos. Está o Mosteyro junto da estrada real, que de Braga se emcaminha às provincias Transmontana, e Beyra Alta. Dista da villa de Guimarães, que lhe fica a Nordeste, duas legoas; da villa de Amarante ao Nascente, trez; de Braga capital do arcebispado cinco, e da corte de Lisboa, sessenta. Trez logares conhecidos, com quem circunvizinha, lhe distam respectivamente huma legoa: sam estes, Fafe ao Norte, Lixa ao Nascente e Barrozas ao Sul. O sitio em tempo de Inverno hé bastantemente agreste, mas logra o beneficio de não ser muito combatido dos ventos, porque hé abrigado, nem sogeito a trovoadas, que commumente passão ao longe. Os fructos deste terreno, sam trigo, senteyo, milho, e feijam de que há abundancia em annos temperados. O vinho não hé o melhor [fl. 19] na quallidade nem muito em quantidade, o que tambem sucede com o azeite. As arvores que produz sam carvalhos e castanheyros. A cassa hé de coelhos e lebres e de algumas perdizes. O emprego do povo consiste na cultura das terras, que corresponde ao grangeyo com a abundancia dos fructos. O mesmo se vê em todas as mais que se comprehendem nesta ribeyra de Vizella.

O rio, que recebe o nome do lugar de Vizella por onde passa, sahe de Cepaens, serra da Lagôa em que tem o nascimento. Corre desde a sua fonte trez legoas athé à freguezia de Jugueiros, que vizinha ao Norte com o valle de Pombeyro. Aqui recebe os dous rios, Armil e Bugio, que nascem em distancia de duas legoas, aquelle em Moreyra de Rey, junto da serra Confurco, que lhe fica a Norte; este em Sam Bartholomeu do Rego na Serra do Viso, que fica ao Nascente. A União destes dous rios formão com o de Vizella hum rio ordinario, que no Inverno hé alguma couza caudellozo, e no Verão tem as agoas que bastam para refrescar os campos vezinhos e trabalharem as muitas azanhas, que sobre elle se levantão. O Mosteyro de Pombeyro tem huma junto à ponte chamada do arco. Esta ponte hé de esquadria forte, e segura, e ella hé estrada real, que vay de Guimarães para Amarante. Hé a primeyra ponte de pedra que tem este rio Vizella. Huma legoa mais a bayxo se acha outra ponte chamada a Nova, tambem de esquadria, e forte. Acha-se outra no lugar, em que acaba a ribeyra de Vizella, chamada a ponte das Caldas. Desta corre o rio trez legoas athé o Couto do Mosteyro de Santo Thyrsó, aonde incorporando-se ao rio Ave, perde o [fl. 19v] o nome de Vizella. O rio cria trutas, barbos, e bogas, de que pello Varam se fazem pescarias.

Pello que respeita ao Mosteiro, elle foy hum dos mais celebres das Espanhas, antes de mudar o nome que teve de Santa Maria de Sobrado. A sua antiguidade era antes do anno de Christo de 766, em que se achão documentos que provam a sua existencia. As rendas, e regalias eram tam amplas, como dizem as historias de Portugal; os monges, que nelle vivião de tanta santidade, e virtude, que farão recomendavel à posteridade, ainda nas mesma cinzas, a sua illustre memoria. Mudando porem de sitio, mudou tambem de nome o Mosteiro, que desde os annos de 1041 se chama Santa Maria de Pombeyro; dizem que seu fundador o rey Dom Fernando Magno lhe deyxara por padroeyro a Dom Gomes Echegas ou Echetas, descendente da famillia dos Souzas, quando se recolheu a Castella pellos annos de 1050; e sendo certo que em outros heroes descendentes desta illustrissima famillia andou o Padroado do Mosteyro athé o anno de 1447, em que o Senhor Rey Dom Affonso 5º toma por sua guarda e proteçam, o Mosteyro, Couto, Granjas, e o mais que lhe diz respeito, como se ve de huma carta feita em Aveiro a 19 de Julho de 1447, tambem hé certo que o Mosteyro não teve mais padroeyro algum, nem o tem em o presente tempo. A Igreja hé grande, e fermosa, e como tal representa

a Magestade de hũa Cathedral. Tem no frontispicio, que olha ao Poente duas elevadas torres de esquadria, em que se conservam sete sinos de ajustadas e sonôras vozes. O corpo da Igreja [fl. 20] se levanta em vinte columnas de quarenta palmos de altura que formão trez naves. A cappella mor hé repartida em dez columnas de esquadria, que nascem das paredes a hum, e outro lado, e entre ellas estam outo janellas, porque se introduz muita claridade na igreja. O teto, da dita capela mor se fez de estuque depois que o terremoto de 1755 arruinou a antiga a abobeda de pedra. A mais igreja hé coberta de madeyra. Não há nella mais de seis altares. O da capella mor, em que está a primitiva e veneravel imagem de Nossa Senhora com o titullo de Santa Maria Mayor. E aos lados da tribuna, da parte do Evangelho Nosso Padre S. Bento, da parte da Epistola Santa Escolastica. No altar coleteral da parte do Evangelho se venera com expecial culto, e descencia o Santissimo Sacramento, a quem serve huma confraria, confirmada por Bulla Appostolica, e composta de Juiz, mordomos, e mais officiaes. No meyo da tribuna desta cappella está huma imagem de Nossa Senhora da Conceyçam, e á hum dos lados da mesma tribuna as imagens de Santo Amaro, e de Sam Braz. O coleteral da Epistola dedicado à Familia Sagrada, porque nelle se venerão o Menino Deos, a Senhora Santa Anna, Sam Jozé e Sam Joaquim. O Altar que se segue neste lado da igreja hé santuario de reliquias estimaveis e ossos de santos que se engastam em redomas e pessas de valor. O altar que corresponde da parte do Evangelho está dedicado às Almas; o ultimo da igreja neste mesmo lado, à Nossa Senhora da Asumpçam, e neste altar se venera tambem Sam Sebbastiam. Tem este Santo sua confraria, e há tambem outra das Almas, cujo altar hé preveligiado para sempre. No dia, e vespera de Sam Braz vem [fl. 20v] muito povo em romaria ao santo, e algumas prociçoens das freguezias vizinhas. Nas festas de S. Bento, tambem concorrem os seus devotos em grande numero.

Esta igreja de Pombeyro hé parochia de quem cuida hum monje com o titullo de vigario, apresentado prllo Dom Abbade. O dito vigario hé juntamente parochio da igreja de Jugeyros, annexa de Pombeyro, e nella tem hum Cura. Tem a freguezia de Pombeyro cento, e noventa, e outo fogos, em que há seiscentas pessoas, e estas povoam quarenta, e nove logares pequenos, que são estes: a Rua, as Gayas, Cazal, Monte Pombeyro, Valmelhorado, Fontainha, Arâda, Arrochella, Ribeyrinho, Lordelo, Lordelinho, Cancelli, Tugeira, Trofa, Villameão, Ribeyro, Souto, Ribeyro de Sima, Sobrado, Cabrada, Cazal, Santorum, Oititeiro, Portella, Caravella, Avelar, Bostello, Além, Agrelo, Cazinhas, Bouça, Capato, Cachadas, Mattamá, Grobas, Valmouros, Sequeyros, Rabilongas, Veyga, Reguengo, Ramachal, Fontemurra, Santa Christina, Preza, Louza, Carregal, ou Sendal, Granja e Fagos.

Acham-se nesta igreja de Pombeyro trez tumullos antiquissimos sem epitafio. Hum junto às grades do cruzeyro bem lavrado, e nelle se vê esculpida a figura de hum homem com barba à Nazarena e espada na mão, e na testa do tumullo hum escudo com cinco barras. Os outros dous estão debaxo do coro, e em cada hum delles se vê a figura de hum homem com espada na mão, e na testa do tumullo cinco flores de Liz.

No cruzeyro junto à porta da sanchristia à parte da epistolla, estam depositados em logar distincto os ossos [fl. 21] do grande Manoel de Faria e Souza, e os de sua mulher Dona Catharina Machado, que mandou tresladar os de seu marido de Madrid para esta igreja de Pombeyro em que fora batizado. O epitafio desta sepultura diz assim:

Inclitus hic jacet uxore sua sepultus scriptor

Ille Lusitani Emanuel de Faria e Souza hoc

oppido natus. Obiit die 6 Septembris anno

Domini 1660.

Fora da porta principal da igreja debaxo do portico se acha hũa sepultura que se entende ser de Dom Vasco Mendes, bemfeitor do Mosteyro, que faleceu no anno de 1280. O letreiro della, que está muito apagado nos permite ler estas palavras:

VI: Idus Martii: Ob: Don Velasc. Menen-

di: Filius Comitis Donni Menendi: E. N. CC I XXX

As oficinas do Mosteyro sam boas e formozas. O claustro magnifico levantado em sessenta e quatro columnas, sobre que correm quatro galarias alegres e espasozas com vinte e outo janellas, que todas cahem ao mesmo claustro. Compoem-se o Mosteyro de hum quadro com trez dormitorios, hum ao Nascente, outro ao meyo dia e outro ao Poente. A igreja forma o lado da parte do Norte. O primeiro destes dormitorios padeceu muita ruina em o terremoto de 1755, mas acha-se reedificado já com muita perfeição.

O Couto deste Mosteyro foy doação da Senhora Donna Tareja mulher do Conde Dom Henrique no anno de 1150. Comprehende a freguezia do Mosteiro, e parte das freguezias circunvizinhas, cujos ramos sam estes: o lugar de Arcozello, na freguezia de Sam Miguel de [fl. 21v] Sarzedo; o lugar da Ponte, o de Souto de Burgo, e da Rua, o de Caldinhos, a Eyra Velha, parte do lugar da Bouça; tudo na freguezia de Villa Fria. O lugar do Acento, o do Cadeado, os da Sém d'Alem, e d'Aquem, o das Cartas, Portella, Pinheyro, e Quebrada, tudo na freguezia de Sam Virissimo de Lagares. Em todo este terreno há cinco capelas. Huma de Nossa Senhora do Amparo no lugar de Arcozello. Outra de Sancto Amaro, no lugar de Souto de Burgo; esta tem romagem no dia do Santo, e feyra no dia setimo de todos os mezes. Outra de Santa Cruz no monte deste nome. Outra de Sam Sebbastião no terreyro do Mosteyro. Outra de Sam Bartholomeu que está no monte do seu nome: tem romagem no dia do santo, e no seguinte feyra de gados e varios generos.

Das trinta e sete igrejas que possuía este Mosteiro, quando por ordem do Senhor Cardeal Rey Dom Henrique se averiguarão as rendas da Congregação Beneditina no anno de 1568 não existem mais, que vinte e sette, e ainda destas somente desfruta o Mosteyro outo, que sam as seguintes: Santa Eulália de Margaride, Sam Thomé de Friande, Sam Bartholomeu do Rego, Santa Maria de Ardegam, Sam Martinho de Armil, Sam Mamede de Cepaens, Sam Pedro de Jugueyros e Santa Maria de Pombeyro.

Desmembrarão-se deste Mosteiro por Bulla Apostolica dez igrejas para com o rendimento dellas acudir o Dom Abbade Geral aos gastos da Congregação e Mosteiros mais pobres. Os seus nomes são estes: Santa Maria de Bovadella; Sam Martinho de Val de Bouro, Sancta [fl. 22] Maria de Canedo; o Salvador de Moure; Sam Finz do Forno, Sam Mamede de Villa Verde, Sam João de Cavês, e a de Sam Lourenço de Villar sua annexa, Sam Miguel de Baziella, Sam Jorge da Vargia, e a de sam Martinho de Penacova.

Os padres de Sam Jeronimo do Mosteyro de Bellem desfrutão nove, em cuja apresentação se introduzirão sem mais titulo do que haver o Rey Fellype 2º, desmembrado, por Bulla Apostolica, das taes igrejas o equivalente de quatro mil cruzados, que a coroa pagava em cada anno a Bellem, por cujo encargo se deu ao Mosteyro todos os padroados reaes.

As sobreditas nove igrejas sam estas: Sam Diniz de Villa Real, Sam Pedro da mesma Villa, Sam Salvador da Turgueda, Sam Miguel da Pena, Santhiago de Medroens, Santa Marinha de Villa Marin, Santa Maria Madalena de Lordello, Santhiago de Villa Cova, e Sam Bartholomeu de Quintan.

Tem mais o Mosteyro cinco abbasias de reserva ou menções e sam estas: a de Sam Miguel de Serzedo, Santhiago de Sendim, e Sam Verissimo de Lagares, no arcebispado de Braga; as de Cepelos e Sam Verissimo de Novogilde no bispado do Porto. Tem mais a cappella de Santa Quiteria, no monte chamado de Pombeyro, dista hum quarto de legoa para a Nascente do Mosteiro a tal capela; e por cauza dos muitos e grandes prodigios que a Sancta comessou a obrar desde o anno de 1715, se edificou para a sua veneração esta caza que na fabrica mostra o primor da arte, e grandeza que a fazem recomendavel. Tem tres portas: huma ao Nascente, outra ao meyo dia e a terceyra ao Norte.[fl. 22v]

Na tribuna da capella mor se vê huma arvore de outo ramos, de que brotam como frutos as imagens das outo irmans de Santa Quiteria que remata a dita arvore com a sua imagem: nos lados da tribuna estam o Principe dos Appostollos Sam Pedro e o Principe dos Patriarchas Sam Bento. O primeyro altar coleteral hé dedicado a Nossa Senhora da Conceypçam; o segundo a seu espoz o Senhor Sam Jozé. A capella he toda outavada. O sitio deste monte, que hê no julgado de Felgueiras, he muito elevado e por isso concede aos olhos hũa vista muito delatada e gostosa. Pella parte do poente descobre o mar na distancia de outo legoas pella direitura de Villa do Conde; pello Nascente descobre a serra do Maram e voltando athé ó Norte a serra do Gerez; pellas partes do Sul, e Meridiano não tem embaraço a vista para dilatar a extençam. Tudo o que se alcança com os olhos nesta grandissima circunferencia sam terras, em que se produzem os melhores frutos, que há na provincia, por cauza das muitas ribeiras, que as cortam, e abundancia de agoas, com que se fertilizão. Hé administrada esta capella pelo Dom Abbade de Pombeyro, e nella assiste hum monge por ordem do Prellado para dizer aly missa e cuidar no culto e fabrica da dita capella.

O correyo deste couto e Mosteyro de Pombeyro hé o da villa de Guimarães honde se recebem as cartas na segunda-feyra e se entregam as que se remetem à quinta.

Era Vigário e pároco Fr. João da Piedade e Abade o PPG Fr. Pedro de Nazareth (1758-1761. Esta Memória está inserida no conjunto coleccionado pelos serviços da Secretaria do Dom Abade Geral, Fr. Francisco de S. José e Sousa.

3

Pombeiro e sua biblioteca

Nota publicada por Camilo Castelo Branco acerca da Biblioteca de Pombeiro, que tinha sido redigida pelo monge Fr. Bernardo da Esperança Teles, em 1758, na sua viagem pelo Minho (Castelo Branco, 1993: 341-342; Sousa, 1971: 225-227)²⁶.

"Parti daqui (Travanca) pelas 6 horas e cheguei a Pombeiro pelas 2, por bom caminho. Meia légua distante de Travanca, está à esquerda em pequena elevação uma torre, que parece ser antiquíssima e habitada. Pombeiro fica numa grande baixa. Tem um belo terreiro bordado de assentos pelo lado sul.

Mal cumprimentei o abade, fui à livraria que achei composta do modo que sabiam. É maior que a de Bustelo e Travanca, mas sem livros de consideração²⁷. Vi nela os manuscritos apontados noutra lembrança. A igreja é magnífica e no último asseio, quase toda pintada, porém os ataques não prometem muita duração. Logo abaixo da capela-mor está a sepultura de Manuel de Faria e Sousa, sobre a qual puseram modernamente um muito mau e pedantesco epitáfio.

A sacristia é boa e sofrível o refeitório. Jantando eu nele, presenciei com bastante aflição que os cinco reverendos que lá estavam nem uma palavra deram uns aos outros e sempre estiveram em profunda melancolia".

²⁶ Trata-se de Fr. Bernardo da Esperança Teles, monge da Beira, que, para a sua viagem de reconhecimento das bibliotecas do Minho em 1758, partiu da sua terra natal de Tondela. Veio a ser Dom Abade Geral (1795-98).

²⁷ O Inventário de 1834 regista: 930 volumes de obras antigas impressas e 237 códices atados em maços.

4

O casco do Mosteiro

É um texto da descrição do Inventário de 1834. Para se ver como o mosteiro estava em obras de reconstrução, útil é compará-la com a descrição de 1726, feita por CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no anno de 1726*, II Volume, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto Lda, 1992, 239-253 (pp.241-242).

ANTT – AHMFinanças, *Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, Inventário manuscrito N° 2244, fl. 60-60v.*

“Tem este convento correndo do Poente ao Nascente pelo lado do Sul da Igreja do mesmo ao subir da Portaria a banda do Poente quatro quartos nos baixos, e no andar nobre por cima dos mesmos duas sellas que tudo isto serve de rezidencia do reverendo Parocho, segue de Poente ao Nascente a baranda sobre o claustro com nove janelas rasgadas viradas ao Sul embidraçadas com sacadas modernas de ferro, e no fim da mesma ao Nascente hum Capella. Tem hum Dormitório principal que tem oito sellas e Caza do Refeitório com bidraças ao lado Sul. Tem ao lado do Poente as sellas sobreditas da rezidencia do Parocho, e em o Dormitório que corre pelo Sul virado ao Nascente tem seis sellas, e alem destas hum que serve de despe//60v// de despejos, e a Caza de Capitullo; e no fim em frente do Dormitório principal fica a Cozinha – Tem hum sala que serve de comer os hospedes, na frente deste Convento fica a Igreja delle. Confronta por esta parte com Terreiro, e estrada de Guimaraens por onde tem huma rica fronteira, e pello Poente, Sul e Nascente confronta com a Cerca, a maior parte de Caza se acha com armação, telha e solhos a granel, e neste estado disserão os louvados podia valer pela sua grandeza seis contos de reis (à margem: 6.000\$000), e podia valer de renda anual se ouvesse quem quisesse arrendar quarenta e oito mil rs”.

5

Delegação dos monges para a inventariação

ANTT – AHMFinanças, Inventário manuscrito de Pombeiro, N° 2244, fl. 3.

“Nos abaixo asignados Monges do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro constituimos por nosso bastante procurador no Inventario a que vão proceder o Doutor Coregedor da Comarca de Guimarães ao Doutor Vigário Geral do mesmo para servir de língua e cabeça do Casal do mesmo Inventario, ao Doutor Padre Mestre Abbade Frei António de Santa Rita, para o que lhe concedemos todos os poderes em direito necessários. Pombeiro 20 de Junho de 1834.

Fr. João Baptista de Stª Trindade

Prior e Vigario

Fr. Manuel do Sacramento Procurador

Fr. Jorge de Nossa Senhora da Oliveira

Fr. António de Stª Rita

Carvalho D. Abbade”.